

**Impresso
Especial**

0334/2001-DR/RS
ADUFRGS

...CORREIOS...

ADverso

Edição especial nº 1 - Maio 2008

Adufrgs debate sua transformação em Sindicato

Antes da consulta eletrônica que deve deliberar sobre a transformação da Adufrgs em sindicato, professores favoráveis e contrários justificam suas posições e abrem o tema para reflexão dos demais docentes.



SIM X NÃO

Um debate importante e necessário

Essa Edição Especial nº 1 da Adverso inaugura uma nova série da revista que buscará fazer o debate e trazer informações sobre temas específicos. Em breve sairá a Edição nº. 2, que focalizará a Campanha Salarial ora concluída com a edição da MP 431/08.

Neste número, a Adverso Especial acolhe o debate sobre um tema fundamental para o futuro da ADUFRGS, que é a proposta da Diretoria de transformação da entidade em Sindicato dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior de Porto Alegre.

A Assembléia Geral de 30 de abril de 2008, evento histórico que contou com a presença de 93 associados, determinou que fosse convocada Consulta Eletrônica aos associados para deliberar pela transformação proposta. A Consulta está sendo preparada pela Diretoria, juntamente com o CPD, como igualmente apontado na Assembléia. E será convocada em breve.

Para esclarecer os associados e permitir que possam tomar sua decisão da forma mais refletida e consciente possível, esta edição nº.1 da Adverso Especial traz dois artigos a favor da transformação, "Para preservar e fortalecer a Adufrgs" de autoria da Diretoria da ADUFRGS e "Adufrgs Sindicato – A sobrevivência do Movimento Docente", escrito por quatro ex-presidentes da ADUFRGS, onde são arrolados os motivos que justificam a transformação, do ponto de vista político, jurídico e administrativo. De outra parte, dois textos contrários à transformação, do professor Jorge Quillfeldt "O 'novo' quer eliminar o histórico (mas ficar com o patrimônio)" e "Porque permanecer na Andes: unidade e solidariedade contra a divisão e desagregação", do ex-vice-presidente da entidade, professor Aron Taitelbaum, que defendem, baseados em razões políticas e históricas, a manutenção do *status quo* atual da ADUFRGS.

É um debate de fundo, do qual depende o futuro e a preservação da ADUFRGS, entidade que está, ao completar 30 anos de fundação, se repensando e buscando definir sua identidade neste novo século.

Aproveite os textos, reflita, e sobretudo participe da Consulta Eletrônica. A omissão dos associados neste processo não é aceitável. Quanto maior for a participação na deliberação, mais legítima e incontestável ela será e mais força terá a ADUFRGS.

SIM

José Vicente Tavares dos Santos
Claudio Scherer
Sérgio Nicolaiewsky
Renato de Oliveira
ex-presidentes da Adufrgs

Adufrgs Sindicato A sobrevivência do Movimento Docente

O Movimento Docente (MD) iniciou-se no País em 1978, em pleno período da Ditadura Militar, com a criação de várias associações de docentes, entre as quais a Adufrgs. Em 1981 foi criada a Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (Andes). Na época, não era permitido aos servidores públicos constituírem sindicatos, mas os docentes das instituições privadas já eram sindicalizados nos "Sinpros". Mesmo sem ser sindicato, a Andes coordenava ações de características sindicais do MD em todo o País, tendo obtido importantes vitórias políticas e jurídicas. Em 1988, com a nova Constituição, adquirimos o direito de constituir sindicatos e a Andes, em novembro do mesmo ano, decidiu transformar-se em Sindicato Nacional, *"com o objetivo de congregar e representar os docentes das IES, públicas e privadas, de todo o país, sejam estes da educação básica ou da educação superior"*. A existência prévia de sindicatos de docentes do ensino privado suscitou uma discussão entre

estas entidades e a ANDES, a qual, no entender dos sindicatos, estava invadindo sua base e invocavam a unicidade sindical como empecilho à transformação da Andes em sindicato. Esta solicitou ao Ministério do Trabalho, em julho de 2003, a concessão do registro sindical e foi atendida. Porém, em dezembro do mesmo ano, foi publicada nova decisão do Ministério suspendendo o registro sindical da Andes. Decisão recente do Supremo Tribunal de Justiça estabelece que: *"O Sindicato, sem o registro no MTE, não é sujeito de direito, não lhe assistindo, então, o direito de ação em juízo, dado que não detém a indispensável representatividade da categoria, o que lhe retira a legitimidade ativa"*.

A Adufrgs, em 1992, numa assembléia geral extraordinária, deliberou pela alteração do seu estatuto, transformando-se em Adufrgs-Seção Sindical da Andes/Sindicato Nacional. Tanto a Adufrgs quanto a Andes foram cria-

das com a finalidade de “defender os direitos e os interesses dos docentes, bem como prestar assistência aos mesmos”, exercendo, entre outras, as seguintes atribuições: discutir problemas gerais da vida universitária e da comunidade e posicionar-se em relação a eles; defender a livre circulação e debate das idéias e a autonomia universitária; zelar pelo livre exercício da atividade de pesquisa científica; defender a participação dos docentes nos processos decisórios das Universidades; reivindicar melhores condições de trabalho e de remuneração.

A Adufrgs continua nesta linha de ação, mas a Andes, infelizmente, desviou-se dela. Desde o início dos anos 90, a Andes passou a ser dominada por um grupo que, graças a um extenuante ritmo de reuniões nacionais anuais sob os mais diversos pretextos, bem como a uma estrutura burocrática que, em nome de “democracia de base”, exige a presença constante dos associados em assembleias “de base” e grupos de trabalho, afastou completamente a entidade do cotidiano dos docentes universitários, passando a orientar-se por princípios cada vez menos identificados com a ação de um sindicato. O resultado deste “aparelhamento” ficou patente em 1998, quando uma chapa de oposição liderada por Renato de Oliveira venceu as eleições para a direção da entidade e, durante dois anos, governou-a, de fato, como “oposição” a uma maioria de militantes praticamente profissionalizados que garantiam maioria em todos os eventos formalmente encarregados pela formulação da política da entidade, muito mais interessados em aprovar consignas ideológicas contra o “neoliberalismo” e fazer oposição ao Governo Fernando Henrique Cardoso do que em discutir a situação das universidades e dos pro-

fessores. Situação muito diferente ocorrera na eleição de 1986, quando a chapa derrotada, liderada por Paulo Rosas, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), colocou-se à disposição do presidente eleito no dia da sua posse para ajudá-lo no fortalecimento da entidade e da universidade brasileira.

A transformação da Andes em aparelho partidário ficou ainda mais evidente quando, recentemente, sua instância decisória máxima decidiu filiá-la a uma central sindical, a Conlutas, por sua vez um braço pseudo-sindical de partidos absolutamente minoritários no contexto nacional. Esta situação deixou não apenas os professores universitários, mas a própria Universidade Brasileira, sem um fórum livre, autônomo e democrático para debater os seus problemas e encaminhar iniciativas de solução.

Devido ao exposto, um grupo de docentes fundou, em 2004, o “Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior (Proifes)”, para criar um espaço onde os debates fossem mais democráticos e plurais. Recentemente, representantes de 22 Ifes, de todo o País decidiram encaminhar os procedimentos para transformar o Proifes em Federação de Sindicatos, sendo, para isso, necessária a criação de no mínimo cinco sindicatos de docentes de Ifes. Os motivos da urgência na transformação da Adufrgs no sindicato dos professores das Ifes de Porto Alegre são apresentados no texto da diretoria da Adufrgs.

Apoiados em nossa longa experiência de militância no MD, conclamamos os associados da Adufrgs a se unirem neste esforço para reformarmos o estatuto da entidade, transformando-a no sindicato de que necessitamos.

NÃO

Aron Taitelbaum

vice-presidente da primeira diretoria da Adufrgs

Porque permanecer na Andes: unidade e solidariedade contra a divisão e desagregação

Está em discussão uma proposta de que a Adufrgs seja transformada em sindicato municipal de docentes universitários. Deixaríamos de pertencer a um sindicato nacional – a Andes – para apostar na constituição de uma federação de sindicatos locais. As consequências da implementação dessa proposta são graves. Primeiro, porque ela envolve a ruptura com uma entidade construída com muito esforço, pelo próprio Movimento Docente (MD) em fevereiro de 1981. Segundo, porque a criação de uma nova entidade local acarreta uma cisão entre nós mesmos, docentes da Ufrgs, que até então soubemos conviver democraticamente com as nossas diferenças.

Considerando a gravidade do que está em discussão, dirigimo-nos aos colegas para enumerar alguns dos principais motivos contrários a essa mudança, desde já sabendo que as condições do debate são desiguais, considerando a intensa propaganda anti-Andes que tem sido veiculada pela diretoria da Adufrgs.

A unidade do Movimento Docente

No Movimento Docente coexistem tendências com diferentes avaliações sobre as conjunturas, os governos, as aspirações dos docentes e que se posicionam de modo diverso nas negociações salariais, de carreira e na discussão de projetos para as universidades. Seria estranho se não fosse assim. É esperado que haja no MD espaço para o debate, a crítica, a divergência. Mas é preciso haver um espaço onde se possa decidir o que fazer, considerando as diferentes avaliações e propostas, de modo que as decisões sejam reconhecidas como legítimas por todos. O sindicato deve ser esse espaço. O sindicato não deve se propor a organizar esta ou aquela tendência, mas deve expressar a disposição de todos construírem uma estratégia unitária reconhecendo a existência de diferenças.

Ora, um dos argumentos apresentados para a criação de um sindicato local é o desacordo com a estratégia defendida pela atual

diretoria da Andes. Mas a existência de desacordos nunca foi, até 2005, motivo para deixarmos de participar da Andes. Nas mobilizações nacionais, a Adufrgs sempre esteve presente incidindo sobre as decisões do setor das Federais. Na greve de 2001, muitas das posições defendidas pela Adufrgs, como a retomada das negociações, foram majoritárias e em várias situações contrariando as posições da diretoria.

O que não se pode admitir é que o desacordo justifique a ruptura e criação de um novo sindicato. Já existe uma entidade nacional que tenta reunir os professores descontentes com a Andes. Se aceitarmos essa lógica, qual será o espaço para a organização dos professores insatisfeitos com a nova entidade? Logo haverá não duas, mas três, quatro ou cinco entidades, cada uma representando uma parcela dos professores e sem nenhuma capacidade de mobilização e de pressão sobre o governo federal.

Negociação ou mobilização?

Esse falso dilema tem sido colocado pelos proponentes do sindicato municipal, privilegiando sempre a negociação em detrimento da mobilização. As recentes negociações, em que os docentes foram representados pelo Proifes, candidato a ser federação dos sindicatos municipais, conduziram a um acordo em dezembro de 2007 que, descumprido pelo governo, levou a uma "repactuação" em fevereiro de 2008. Tal repactuação foi apresentada como uma grande conquista do "novo" movimento docente. No entanto, se observarmos as tabelas anunciadas para 2008 vemos que a remuneração total de um professor titular (em fim de carreira) com dedicação exclusiva e mestrado é de R\$ 5.968,78 e com doutorado é de R\$ 8.905,41. Enquanto isso, o salário inicial de um agente escrivão da polícia federal é de R\$ 6.594,30 e o salário inicial de um auditor da Receita Federal é de R\$ 10.155,32. Cabe indagar se essas discrepâncias não seriam devidas ao fato de que os sindicatos nacionais dessas categorias praticam simultaneamente a negociação e a mobilização recorrendo, quando necessário, até ao recurso legítimo da paralisação?

Um sindicato representativo de todos os professores

Quando fundamos a Adufrgs, em 1978, pretendíamos criar uma entidade que representasse todos os professores da Ufrgs, ativos e aposentados. Incluímos, portanto, também os então denominados colaboradores (atuais substitutos), visitantes e expurgados (cassados pelo regime militar). Esse princípio se refletia no fato de que, nas campanhas salariais, a principal reivindicação era sempre a exigência de um reajuste linear que, pelo menos, recompusesse o poder aquisitivo de todos os docentes. Essa prática, adotada até hoje pela Andes, tem sido abandonada pelos defensores da municipalização do sindicato. Esse abandono tem implicado em prejuízos a parcelas da categoria docente. Pelo recente acordo, as tabelas mostram, por exemplo, que os professores adjuntos 4 com graduação terão em 2009 exatamente o mesmo salário que em 2008. Existem muitos aposentados nessa situação, condenados por esse acordo a não terem reajuste em 2009. A consequência mais grave, porém, talvez seja a quebra da solidariedade entre os docentes, que passam a se preocupar apenas com a sua situação individual. Acreditamos que é necessário resgatar o espírito de solidariedade para que possamos enfrentar, unidos, os tempos difíceis que se anunciam.

A necessidade de um sindicato nacional

Precisamos de um sindicato nacional para defender uma carreira comum aos professores de todas as universidades federais, uma carreira baseada em políticas de valorização do trabalho e da formação docente. A carreira unificada é uma conquista do MD organizado na Andes e deve ser melhorada, mas não fragmentada e vinculada ao orçamento de cada instituição. Somos uma categoria nacional e nossas discussões salariais são com o governo federal. Assim, nosso sindicato deve ser nacional. Esse sindicato já existe e deve ser aperfeiçoado, até mesmo porque é o nosso sindicato: a Andes. É no âmbito da Andes que devemos atuar como seção sindical, congregando-nos aos professores de todo País.

SIM

Diretoria da Adufrgs

Sindicato Local Para preservar e fortalecer a Adufrgs

Esse debate sobre a transformação da Adufrgs em Sindicato deve se basear em questões concretas e objetivas, relacionadas com o cotidiano do Professor da Ufrgs e dos prejuízos causados pela inexistência de Registro Sindical. Não podemos pensar apenas em questões históricas, do tipo: "somos ligados à Andes desde sempre e isso foi importante" ou em questões sofismáticas do tipo: "nosso patrão é o governo federal, então só podemos ter um Sindicato Nacional". Simplificar o debate e reduzi-lo a chavões é desrespeitar a inteligência e o discernimento dos Professores da Ufrgs. A primeira e mais importante razão para transformar a Adufrgs em Sindicato é preservar o que pertence a todos os associados e o que ela representa. A Adufrgs está correndo risco, juntamente com seus associados, por inúmeras razões.

Questões jurídicas

Desde 2003, a Andes não tem Registro Sin-

dical, por uma simples razão: ela se recusa a desistir da pretensão de representar os professores das universidades privadas. Acontece que estes já têm sindicato, os Sinpros, que são associados, em âmbito nacional, à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee), uma Confederação que representa os sindicatos dos professores e técnico-administrativos da educação privada de todo o País. Foi por isso, que a Andes perdeu, em todas as instâncias da Justiça, a possibilidade de recuperar o Registro que lhe foi concedido por um breve período. Além disso, desde 2005, é determinado pelo STJ que é necessário o Registro no Ministério do Trabalho para que uma entidade seja Sindicato. O que perdemos com isso? MUITO! A Adufrgs pode, a qualquer momento, perder ações coletivas na Justiça por não ser Sindicato, como já aconteceu com as associações de docentes (ADs) de Belo Horizonte, Juiz de Fora e Ouro Preto e com a própria Andes.

Questões administrativas

Desde outubro de 2007 não podemos mudar ou incluir consignações em folha de pagamento, pois é necessário um convênio com o Siape. Em 2007 até conseguimos fazê-lo, sob a condição de providenciar urgentemente a modificação de nosso estatuto de acordo com o novo Código Civil. Mas agora, para renová-lo, devido a uma nova portaria, é preciso também o Registro Sindical. Nenhuma AD da Andes tem este Registro. O prazo final para a adequação é 27 de agosto de 2008. Após esta data, a Adufrgs, e demais ADs, não terão mais suas mensalidades descontadas no contracheque. Precisamos urgentemente ter Registro Sindical e para isso é preciso que a Adufrgs se constitua como um Sindicato dos Professores de Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) de Porto Alegre, já que o município é a base mínima permitida na Lei. É claro que teremos que incorporar em nosso Sindicato os Professores da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), o que é bom para o fortalecimento da entidade.

Questões políticas

Um Sindicato Municipal só será forte articulando-se com outros sindicatos do País. Esta é a realidade atual. Existem mais de 60 ADs no Brasil que se comunicam e se articulam, independentemente do grupo que dirige a Andes, e isso não vai mudar, pois são os professores do País que interligam as ADs e não as ADs que interligam os professores. Não é a existência burocrática da Andes que traz a unidade, mas a unidade do sistema federal, a Carreira única e os interesses comuns é que o fazem. Bom exemplo é o caso dos técnicos das Ifes que não têm Sindicato Nacional, têm a Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras (Fasubra), que é uma federação nacional de sindicatos locais. E temos visto que, nos últimos anos, a Fasubra tem se mostrado bem mais capaz de negociar do que a Andes.

A negociação como estratégia central de ação é que faz a diferença. A Andes se afastou

das bases porque foi tomada de assalto por uma visão política estreita e sectária, que tem como eixo de ação apenas a defesa de posições político-partidárias. Sua estratégia é sempre apostar no impasse nas mesas em que participa, para que possa fazer greves recorrentes, com o intuito de desgastar o governo. E não importa qual seja o governo. Essa visão esquerdista, ultrapassada, não é mais capaz de trazer bons frutos aos docentes, e não representa sua visão política. Sindicato tem que ser duro com os governos na defesa dos trabalhadores, mas Sindicato tem que defender os servidores e não os partidos que querem virar governos ou fazer revoluções. Sindicato não tem como papel desgastar governos. E o Sindicato tem que ser plural, pois a sociedade democrática é plural, e vivemos em uma democracia. O que talvez valesse no passado não vale mais hoje.

A existência do Fórum dos Professores das Ifes (Proifes) é a consequência do desastre político que a Andes representou nos últimos anos. Ele surge da base para que algo novo se construa, com visão moderna, deste século, aberto a novas formas de relação e de comunicação. As Campanhas Salariais de 2006 para cá mostram a nova realidade. A classe de Professor Associado, a valorização da Carreira, a paridade entre ativos e aposentados, a equiparação da Carreira do Ensino Básico com a Carreira do Ensino Superior e a incorporação da Gratificação de Atividade Executiva (GAE) são exemplos da ação do Novo Movimento Docente, coordenado pelo Proifes. Nada disso foi conquistado pela Andes.

Por todas essas razões é que precisamos de um Sindicato. Para que a Adufrgs continue forte e atuante, integrada em uma nova forma de fazer política sindical, em uma Federação Nacional, que também seja forte e representativa, capaz de levar mais adiante ainda as conquistas de 2008. É urgente reformar o estatuto da Adufrgs, transformando-a em Adufrgs-Sindical, valorizando sua vocação histórica de 30 anos da entidade e preservando seu patrimônio moral e material que os Professores da Ufrgs construíram.

Novos tempos exigem novas soluções, para que se continue cada vez mais forte.

NÃO

Jorge Alberto Quillfeldt

Professor do Departamento de Biofísica, Instituto de Biociências/Ufrgs

O “Novo” quer eliminar o histórico (mas ficar com o patrimônio)

Desde meu último artigo sobre a questão do PROIFES (nov/2004)¹, a facção da diretoria que apoiava o PROIFES assumiu a ADUFRGS, e, desde então, a tem gerido como secção daquele sindicato paralelo, trabalhando dia e noite para promover as ditas vantagens do “novo movimento docente” e atacando diariamente o trabalho e a imagem do ANDES-SN. Não só aprovou a filiação da ADUFRGS ao PROIFES em 23/06/2005, mas também aprovou uma “consulta eletrônica” no mês de maio – eufemismo para deliberação, no entender deles – visando “a criação de um sindicato local ainda no primeiro semestre de 2008”. Em ambas Assembléias pudemos assistir a expedientes vergonhosos, dignos dos piores momentos do velho ANDES-AD, que eles tanto criticam.

Curiosamente, a atual diretoria age em franca infração ao Regimento da ADUFRGS pois este preconiza, nas alíneas X e XIV do Artigo 2º, a co-filiação dos sócios ao ANDES-SN, a

divulgação de suas atividades e, especialmente, a promoção de seu fortalecimento²: todo o esforço da diretoria da ADUFRGS tem sido pelo *enfraquecimento* do nosso Sindicato Nacional! Esse açoitado constante complementa o impasse burocrático causado por uma evidente articulação política do Ministério do Trabalho (MTE) e setores do partido no governo visando deslegitimar sindicatos que não atendam certos quesitos, mas que (sem grande dificuldade) podemos verificar tratar-se apenas daqueles sindicatos que ainda não foram domesticados, isto é, que não rezam pela cartilha da CUT, braço sindical do PT.

Como a Justiça do Trabalho delegou a solução do impasse ao MTE, o argumento de que o ANDES-SN “não tem Registro Sindical” virou a cantilena de seus adversários. Mas o ANDES-SN *possui* Carta Sindical desde 1991, e *tem* Registro Sindical deferido desde 2003. O que ocorre são sucessivas disputas legais e ingerências do MTE que o mantém “suspense” há al-

guns anos: tais interferências do governo na organização sindical³, aliás, chocam-se frontalmente com as diretivas da O.I.T. as quais o Brasil subscreve.

Com a decisão da A.G. de 30/04, está montado o circo para transformar a ADUFRGS em "Sindicato Local", cujo interesse é evidente, uma vez que, dentre as ADs que apóiam o PROIFES⁴, a nossa é possivelmente a de maior patrimônio físico e financeiro (além de político). A estratégia pode não funcionar, já que os primeiros sindicatos deste tipo *também* tiveram seu registro negado precisamente porque... já existe um sindicato nacional na área! (é o caso de São Carlos⁵).

Bem, os "5000 caracteres com espaço" a que temos direito estão terminando, tendo sido essa a grande concessão democrática dos dirigentes da ADUFRGS para retomar um debate abafado há mais de dois anos. A decisão sobre Sindicato Local, que deve vir após a "consulta" e uma ou duas A.G.s, já começa *eivada de irregularidades*: (a) a tumultuada assembleia de 30/04 não formalizou uma comissão paritária para acompanhar e veiculado: deliberou-se por voto em máquinas com IP fixo (como será na eleição para Reitor); (b) deliberou-se pela consulta em junho, não maio; (c) falou-se em publicar mais de uma edição do ADverso para contrabalançar pelo menos as últimas quatro edições do mesmo; (d) as últimas 4-5 edições do ADverso foram pura propaganda pró-PROIFES, com manchetes de capa como "O papel do sindicato, o sindicato de papel e o sindicato no papel" (set/2007), "Acordo atende reivindicações históricas do movimento docente" (dez/2007), "Movimento Docente

busca alternativas" (jan/2008), "Sindicato Local, idéia ganha força e se espalha pelo país" (fev/2008) e "A Força do NOVO movimento docente" (mar/2008)⁶; (e) documentos prévios contra e a favor o PROIFES estavam disponíveis no antigo "Portal da Reforma Universitária", coordenado por mim até 2005, mas que agora está estranhamente fora do ar⁷; (f) não houve garantia de que os textos a favor e contra sejam entregues independentemente.

O PROIFES diz estar vindo para resgatar a democracia de forma mais participativa e eficiente, mas vem com o beneplácito do poder constituído. Respeito meus colegas que acreditam ser esta uma novidade alvissareira no cenário Sindical brasileiro, mas sinto-me no dever de alertá-los que, com tal história e práticas lamentáveis, o futuro reserva muitas surpresas aos seus associados.

Em manifestação que fiz em 2005, observei que "Realmente não importa se somos a favor ou contra este ou aquele governo, nem se são magníficas ou desastrosas suas iniciativas na área do ensino superior: importa apenas que um sindicato sério deve ser SEMPRE CRÍTICO E INDEPENDENTE. No passado, na chamada 'Era Vargas', criticava-se aquele expressivo segmento de lideranças sindicais que operava abertamente como 'correia de transmissão' do poder central, ajudando a controlar a mobilização das 'bases' para que não causasse muitos problemas aos 'patrões' (inclusive ao Estado): eram denominados 'pelegos'. Atualmente, quando o mesmo tipo de movimento parece esboçar-se, que denominação lhe daremos?"

Novo Movimento Docente?

1 - Artigos que a ADUFRGS não mais disponibiliza, acham-se aqui: <http://br.geocities.com/barragrande2005/debateproifes.htm>

2 - Veja em <http://www.adufrgs.org.br/arquivos/RegimentodaADUFRGS.pdf>

3 - Há evidências de que o PROIFES foi urdido com envolvimento direto de dirigentes do próprio MEC em 2004 (por exemplo, http://www.adusp.org.br/noticias/expresso/boletim_28/default.htm)

4 - Ver em <http://www.proifes.org.br/>

5 - Ver em <http://www.andes.org.br/imprensa/ultimas/contatoview.asp?key=4940>

6 - Boletins disponíveis em http://www.adufrgs.org.br/conteudo/sec.asp?id=cont_adverso.asp

7 - Veja em <http://www.adufrgs.org.br/> ou direto em <http://www.universidadepublica.org.br/>



Seção Sindical da Andes - SN
Rua Otávio Corrêa, 45 - Porto Alegre/RS
CEP 90050-120 Fone/Fax: (51)3228.1188
E-mail: adufgrs@portoweb.com.br
Home Page: <http://www.adufgrs.org.br>

Diretoria

Presidente: Eduardo Rolim de Oliveira
1º vice-presidente: Cláudio Scherer
2º vice-presidente: Lúcio Hagemann
1º secretário: Lúcio Olímpio de Carvalho Vieira
2ª secretária: Maria Luiza A. Von Holleben
1º tesoureiro: Marcelo Abreu da Silva
2ª tesoureira: Maria da Graça Saraiva Marques
1º suplente: Mauro Silveira de Castro
2º suplente: José Carlos Freitas Lemos

ADverso

Publicação mensal impressa em
papel Reciclato 75 gramas
Tiragem: 4.500 exemplares
Impressão: Comunicação Impressa
Produção e edição: Editora Verdeperto Ltda.
Editora: Maricélia Pinheiro (MG 05029 JP)
Diagramação: Mario Guerreiro



ADufrgs

ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UFRGS

30
ANOS 1978 - 2008